

Experiência cristã e cretinismo moral

RENATO NUNES BITTENCOURT *

Resumo:

O artigo aborda de que maneira os paradigmas morais cristãos, compreendidos em sua pureza evangélica, são de grande importância para a constituição de uma sociedade comprometida com a justiça, a felicidade e a paz social. Contudo, interpretações e aplicações distorcidas da moral cristã culminam na consolidação de agendas teológicas fundamentalistas grotescamente reacionárias, dissociando-se de qualquer forma de defesa da dignidade da vida e da pessoa humana.

Palavras-chave: Cristianismo; Doutrina Social; Mercado; Pobreza; Reacionarismo.

Christian experience and moral cretinism

Abstract:

The article addresses how Christian moral paradigms, understood in their evangelical purity, are of great importance for the constitution of a society committed to justice, happiness and social peace. However, distorted interpretations and applications of Christian morality culminate in the consolidation of grotesquely reactionary fundamentalist theological agenda, dissociating themselves from any form of defense of the dignity of life and the human person.

Key words: Christianity; Social Doctrine; Market; Poverty; Reactionism



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ; Coordenador do Curso de Administração da FACC-UFRJ.



Introdução

No decorrer da Modernidade e seu inerente processo de laicização cultural, o espírito cristão, apesar de contestado por diversos segmentos políticos e axiológicos, perpetuou sua influência moral no estofo civilizacional. Justamente como tentativa de responder aos apelos dos novos tempos, as instituições cristãs se encontraram na necessidade de participarem de maneira mais efetiva nos projetos de ajustamento social de uma ordem temporal efervescente e constante estado de crise. A paulatina dissolução dos laços feudais, a industrialização acelerada, a consolidação do establishment burguês, a exploração do trabalho assalariado e o pauperismo social nos grandes centros urbanos são sinais dos novos tempos conturbados. Movimentos

revolucionários propõem a ruptura radical com o regime capitalista. Nihilismo e pessimismo contestam as ditas ilusões do progresso e da técnica. A Igreja Católica, através de sua Doutrina Social, em nome da paz social e da harmonia de classes, inicia suas tentativas teológicas de se fazer ouvir em uma dinâmica cultural materialista e tecnocrática que não eliminou da estrutura civilizacional a vivência religiosa. Com efeito, o sagrado e o discurso científico estabelecem profícua interação na era moderna, tal como Espiritismo e Teosofia comprovam, tema que merece uma ampla investigação.

Cristianismo e estrutura civilizacional

Pensadores cruciais como Tolstói, Nietzsche, D. H. Lawrence e Miguel de Unamuno abordam a questão fundamental: cabe ao cristão participar da estrutura política, dos seus sistemas, das suas organizações? Meditando sobre os Evangelhos e através de orientações axiológicas nem sempre convergentes, tais pensadores evidenciam uma pretensa incompatibilidade entre a práxis cristã original e a ação política:

Pode um cristão ser eleitor, juiz ou agente do governo? Não, a participação nas eleições, na justiça, na administração, nos faz participar da violência governamental [...] Cristo pedia realmente a seus discípulos que aceitassem os preceitos do Sermão da Montanha? Então pode ou não o cristão participar da justiça, seja como juiz, seja como acusador, o que se constitui numa apelação à força? Pode ele ou não, permanecer cristão, participar da administração, isto é, usar da força contra seus semelhantes? E enfim, pergunta mais importante, a que, com o serviço militar obrigatório, interessa hoje a todos: pode o cristão, contrariamente à indicação tão precisa de Cristo, servir o exército e assim cometer homicídio ou preparar-se para tal? (TOLSTÓI, 1994, p. 51; p. 56).

Para onde foi o último sentimento de decência, de respeito de si mesmo, se até os nossos estadistas, homens bastante desembaraçados e perfeitamente anticristãos nos atos, ainda se denominam cristãos e recebem a comunhão?... Um jovem príncipe, à frente do seu regimento, magnífico como expressão do egoísmo e da soberba de seu povo – mas, sem nenhum pudor, confessando-se cristão!... A quem o

cristianismo nega, então? O que chama de “mundo”? Ser soldado, juiz, patriota; defender-se; zelar por sua honra; querer sua vontade; ser orgulhoso... Toda prática de todo momento, todo instinto, toda valoração que se torna *ato* é anticristã atualmente: que aborto de falsidade deve ser o homem moderno, se apesar de tudo não se envergonhar de ainda chamar-se cristão! (NIETZSCHE, 2007, p. 45).

O Estado não pode ser cristão. Todo Estado é poder. Não há como não sê-lo. Todo Estado têm de proteger suas fronteiras e sua propriedade. Se não o faz, ele trai todos os seus cidadãos individuais (LAWRENCE, 1990, p. 118).

A pátria de um cristão não é deste mundo. Um cristão deve sacrificar a pátria à verdade [...]. Um cristão não crê que o progresso ajude na salvação da alma (UNAMUNO, 2017, p. 29; 97-98)

O que realmente ocorre é o ato de se aproveitar de alguns conceitos morais da axiologia cristã, situação essa que por si só já denota uma tentativa de conciliar princípios antagônicos, pois a disposição cristã jamais é aplicada em sua totalidade em qualquer Estado, mesmo aquele que se considera como o mais pio seguidor das premissas cristãs. Por isso o Cristianismo aplicado em qualquer sociedade se caracteriza por um hibridismo heterodoxo, pois a genuína vivência evangélica não coaduna com os aparatos normativos do Estado; em relação às instituições culturais mais elevadas, nada impediria, todavia, que elas se aproveitassem das beatíficas disposições cristãs. Nessas condições, a grande violação cometida contra a axiologia evangélica ocorre quando esta se pauta a um mero sustentáculo ideológico e moral de um sistema

civilizatório que se fundamenta pela violência legalizada e pelos instrumentos coercitivos, notadamente anticristãos. Qualquer cultura ou ordem social pode se beneficiar dos preceitos cristãos e mesmo se esforçar por aplicar esses valores nas suas atividades. Fato que, porém, deve ficar claro é que nunca houve, não há e jamais haverá qualquer Estado que possa se denominar “cristão”. Um país que estabelece o Cristianismo, seja em qualquer ramificação, como a sua religião oficial, comete ou uma grande distorção de interpretação ou grande hipocrisia, problemas esses que, aliás, não se excluem. Da mesma maneira, a presença de símbolos cristãos em instituições públicas nas quais o que menos se segue é justamente as pretensas qualidades cristãs também pode ser considerada uma absurda contradição valorativa, talvez não tanto para a condição de sacralidade desses símbolos, mas para o papel coercitivo desempenhado por essas instituições contra os indivíduos da sociedade. É curioso que existam cruzeiros nos tribunais e que se preste juramentos solenes com as mãos estendidas sobre a Bíblia, quando o que mais ocorre nessas farsas oficiais é a negação intrínseca do ideal cristão de “verdade”. Como então uma instância moral pode ser alçada como a legisladora maior de uma instituição caracteristicamente “ímoral”?

Do momento em que a própria vida instituída enquanto civilização, mediante os seus diversos aparatos normativos, contradiz o âmago dos Evangelhos, qualquer “cristão” que partilhasse das suas valorações não poderia ser designado e distinguido perante os demais como tal. Uma instituição marcada por sectarismos, preconceitos, legitimação da barbárie em nome de um ideal civilizatório pode receber o título

de “cristão”? De fato, existiram e existem pessoas que aplicaram e aplicam sinceramente os ideais evangélicos de Jesus, mas essa disposição beatífica é uma grande minoria, pois se realmente predominasse no dito mundo cristão a prática de ações dignas da nobreza do Nazareno, as relações interpessoais e a vida em sociedade seriam certamente mais saudáveis, alegres e propícias para o desenvolvimento de uma cultura afirmativa da existência, do amor, da alegria, da tolerância e da paz. Sem embargo, quem poderia ser considerado como um “cristão”, sem que primeiramente colocasse em prática um conjunto de vivências tal como demonstradas continuamente por Jesus ao longo de sua obra? Ser um “cristão” não é uma mera denominação ostensiva, uma classificação social que distingue o indivíduo das demais pessoas, mas uma transformação radical de conduta e de valoração da existência, na qual os conceitos arraigados pela ordem estabelecida são postos de lado, em prol de uma nova abertura para a criação, mediante o efeito tonificante do amor interpessoal, que associa todos os indivíduos, independentemente de qualquer estatuto social. Quem realmente ama ao seu “próximo” de modo incondicional? Quem consegue amar um inimigo? Quem é capaz de perdoar verdadeiramente uma ofensa, sem vir a se afetar pelos efeitos depressivos do ressentimento? Ou melhor, quem é capaz de perdoar as dívidas em uma ordem social regida pelo cálculo, pela usura, pela mesquinhez? Essas são importantes condições para que a indivíduo desenvolva a sua trajetória rumo ao intenso estado de alegria manifestado pela experiência da vida cristã.

Na genuína experiência cristã, para que o homem possa se emancipar de todo entrave espiritual é necessário que ele renuncie aos seus bens, posses e riquezas (**reconhecimento do caráter diabólico da riqueza, no sentido de divisora entre o homem e seu próximo**) e distribua o que tem aos pobres (**negação da legitimidade da propriedade privada**): "Ninguém pode servir a dois senhores, porque ou odiará a um e amará o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e à riqueza" (Mateus, 6, 24); "Se queres ser perfeito, vai, vende teus bens, dá-os aos pobres e terás um tesouro no céu. Depois, vem e segue-me!" (Mateus, 19,21).

Temos muitos outros exemplos de uma prática de vida que exige transformações pessoais radicais, pois solapam os paradigmas patriarcais e as formas convencionais de sociabilidade:

Negação de toda ordem jurídica: "Não julgueis, e não sereis julgados, porque do mesmo modo que julgardes, sereis também vós julgados e, com a medida com que tiverdes medido, também vós sereis medidos" (Mateus, 7, 1-2)

Afirmção incondicional do perdão como forma de suprimir as desavenças: "Senhor, quantas vezes devo perdoar a meu irmão, quando ele pecar contra mim? Até sete vezes? Respondeu Jesus: "Não te digo até sete vezes, mas até setenta vezes sete" (Mateus, 18, 21-22)

Supressão dos laços familiares pautados no sangue em prol da família espiritual, mais ampla e coesa: "Não julgueis que vim trazer a paz à terra. Vim trazer não a paz, mas a espada, eu vim trazer a divisão entre o filho e o pai, entre a filha e a mãe, entre a nora e a sogra, e os inimigos do

homem serão as pessoas de sua própria casa, quem ama seu pai ou sua mãe mais que a mim não é digno de mim. Quem ama seu filho mais que a mim não é digno de mim" (Mateus, 10, 34-37); "Minha mãe e meus irmãos são aqueles que ouvem a palavra de Deus e a põem em prática (Lucas 8, 21).

O não-reconhecimento das autoridades estabelecidas: "Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" (Mateus 22,21).

Contudo, apesar do esforço moral do cristão autêntico desempenhar um modo de vida compatível com a obra de Jesus, estamos todos, inevitavelmente, imersos em instituições, e ao menos que tentemos viver em comunidades alternativas alheias ao poder, aos governos, ao mundo política, não podemos fugir dessa realidade concreta e de sua inevitável sociabilidade. Com efeito, não é adequado que se desperdice o tempo de vida sem que busque meios para o aprimoramento da estrutura social, promovendo a justiça e o bem comum. A consolidação da Doutrina Social da Igreja e da Teologia da Libertação são evidências de que a fé cristã de modo algum é incompatível com a participação na esfera política; pelo contrário, é um exercício fundamental. O posicionamento abstencionista do cristão poderia talvez ser conveniente e valorizado em tempos arcaicos desprovidos de constitucionalidade política e de inexistência de uma esfera pública substantiva, mas na estruturação moderna da sociedade qualquer tendência alheia ao mundo político é um descompromisso ético com a realidade e suas demandas. Para Julián Marías,

A historicidade é a condição humana, e é inútil não admiti-la em

nome de uma “intemporalidade” irreal e fictícia. A vida de Cristo, sua linguagem, sua consideração dos assuntos, partia das condições reais existentes [...] O cristão tem que aceitar sua condição histórica, sem esquecer, porém, que não se reduz a ela, que tem uma dimensão que lhe permite julgá-la, superá-la, escapar ao que pode ter de servidão. Em outras palavras, usar em face dela o outro flanco de sua condição irrenunciável: a liberdade (MARÍAS, 2000, p. 23).

Por isso a genuína aplicação dos princípios cristãos na vida social é uma contribuição para o progresso da condição humana, circunstância que também se aplica aos muitos credos religiosos, em suas bases teológicas essenciais. A estrutura laica da sociedade moderna não impede que a fé pessoal norteie o modo de ação do sujeito em sua vida privada/pública, e se fortalece o seu compromisso com o bem-estar coletivo, com as instituições democráticas/republicanas e com as bases constitucionais, tanto melhor para essa organização social.

Cretinismo cristão e agenda política reacionária

O grande problema para a vida democrática reside na proliferação de movimentos religiosos fanáticos, fundamentalistas, obscurantistas, reacionários e alheios ao progresso da racionalidade crítica que fortalecem a grande onda fascista que se infiltra em diversas nações mundiais. No caso cristão, correntes degeneradas católicas e protestantes renunciam ao verdadeiro espírito evangélico para imporem pautas ideológicas completamente contrárias aos princípios democráticos, em nome de um moralismo hipócrita doentio. Boaventura de Sousa Santos salienta que

O princípio da soberania popular é inaceitável à luz da transcendente e onipotente vontade de Deus, tal como é transmitida pelos líderes religiosos. Estes são responsáveis apenas perante Deus e não perante um fórum democrático. A interpretação dada aos textos sagrados tem valor absoluto porque mais do que uma interpretação é, de fato, a verdade revelada (SANTOS, 2014, p. 93).

O cretinismo, mais do que nunca, imiscui-se em organizações cristãs que, em verdade, negam a própria ideia de vida cristã. Vemos assim cristãos cretinos que apregoam armamentismo, militarismo social, execuções sumárias contra criminosos, tortura, homofobia, misoginia, racismo, aplicação de pena de morte, minimalismo jurídico, destruição de opositores, cerceamento da liberdade de pensamento, criminalização de movimentos sociais, desvalorização da defesa incondicional da dignidade da pessoa humana.

Para essa massa virulenta não há espaço para o perdão (nem dos pecados nem das dívidas), para o diálogo intercultural, para a tolerância religiosa. Não há espaço para a ação social, para a solidariedade, para a caridade e para a filantropia. Os miseráveis são imputados como culpados por seus problemas e devem sofrer as consequências dos seus erros, pois não souberam usar corretamente o livre-arbítrio. Quando uma pessoa reconhecidamente virtuosa sofre uma vicissitude, consideram que essa é a vontade divina, apresentando assim um fatalismo cru, pois não se esforçam para compreender racionalmente as contradições fundamentais da vida cotidiana de uma sociedade tão desigual, fragmentada, injusta e agressiva.

O ressentimento é a força reativa desse segmento obscurantista, pois os seus membros odeiam e querem destruir tudo aquilo que não é como eles. O cristão cretino, no fundo, pensa muito mais na morte do que na vida, na morte dos seus inimigos, na morte absoluta. São os verdadeiros energúmenos. São necrófilos para os quais “Deus é amor” apenas para os fiéis puros, impolutos, devotos da lógica normativa da vida. O amor, que é uma das virtudes fundamentais do espírito cristão, é substituído pelo ódio, uma contradição fenomenal. Conforme aponta Nietzsche,

“Não nos devemos deixar enganar: “Não julguem” [Mateus, 7,1] dizem eles, mas mandam ao inferno tudo o que lhes fica no caminho. Fazendo com que Deus julgue, eles próprios julgam; glorificando a Deus, glorificam a si mesmos; promovendo as virtudes de que são capazes – mais ainda, de que têm necessidade para ficar no topo -, dão a si mesmos a grande aparência de pelear pela virtude, de lutar pelo predomínio da virtude (NIETZSCHE, 2007, p. 52)

Contudo, o cristão cretino lida convenientemente com as contradições axiológicas e faz interpretações bíblicas sempre conforme sua própria conveniência pessoal para que assim justifique as suas vantagens individuais indébitas e assim permaneça em boa consciência, ainda que com a ajuda de remédios, quando necessário. O cristão cretino defende Estado Mínimo, flexibilização das leis trabalhistas, repressão policial contra a marginalidade que ameaça a sacralidade da propriedade privada, reforma da previdência social, tudo em nome do evangelho do mercado desregulado, evangelho de um empresariado vil e mesquinho. O cristão cretino considera uma violação da lei

divina os projetos de reforma agrária e de reforma urbana, reforma da cidade. Nas eleições, o rebanho de fiéis vota piamente nos candidatos indicados pelo pastor, mesmo que as propostas políticas desses candidatos sejam completamente avessas aos interesses populares. O bom fiel não questiona a autoridade moral do pastor que tanto lucra com essa ignorância imperdoável.

O cristão cretino é contra o comunismo, a luta de classes, a ideia de revolução social, mas também é contra as tentativas reformistas de se atenuar os males sociais da má distribuição econômica, é contra a taxaço das grandes fortunas, é contra programas governamentais de transferência de renda, pois acredita que as distorções econômicas e estruturais da sociedade decorrem dos erros dos fracassados da sociedade, os pobres, os que não se empenharam o suficiente na peleja pelo sucesso material. Somente as leis do mercado são legítimas, e se existem pobres, é pelo fato de que eles não quiseram se submeter ao trabalho. O mito do empreendedorismo é absorvido pelo cretinismo moral. Eis assim a teologia da prosperidade na sua mais nítida grosseria. Para Jung Mo Sung,

O rico que nunca teve contato direito com pobres não pode entender nem aceitar que é culpado pela pobreza. Pois ele se vê simplesmente como alguém que exerceu com eficiência o lugar e a função econômica que lhe cabia. O problema do capitalismo não é a má intenção e a maldade do rico, mas do sistema como tal, que concentra riqueza e exclui os pobres pelo seu próprio funcionamento (SUNG, 2018, p. 227-228).

“Deus” abençoa o pastorado que rapina o dinheiro dos fiéis. Nesse contexto, é

muito grave que segmentos conservadores do catolicismo adotem incondicionalmente valorações do liberalismo econômico sem qualquer contraparte social, o que se choca contra a própria Doutrina Social da Igreja, que defende o papel do Estado como regulador e interventor econômico sempre que necessário para a manutenção do bem comum, assim como a relativização da propriedade privada, quando a mesma não atende aos interesses maiores da sociedade:

O Estado, cuja razão de ser é a realização do bem comum na ordem temporal, não pode manter-se ausente do mundo econômico; deve intervir com o fim de promover a produção de uma abundância suficiente de bens materiais, cujo uso é necessário para o exercício da virtude, e também para proteger os direitos de todos os cidadãos, sobretudo dos mais fracos, como são os operários, as mulheres e as crianças de igual modo, é dever seu indeclinável contribuir para melhorar as condições de vida dos operários. [...] Compete ainda ao Estado velar para que as relações de trabalho sejam reguladas segundo a justiça e a equidade, e para que nos ambientes de trabalho não seja lesada, nem no corpo nem na alma, a dignidade da pessoa humana (JOÃO XXIII, 1998, p. 149-150).

O bem comum exige por vezes a expropriação, se certos domínios foram obstáculos à prosperidade coletiva, pelo fato de sua extensão, da sua exploração fraca ou nula, da miséria que daí resulta para as populações, do prejuízo considerável causado aos interesses do país [...]. Infelizmente, sobre estas novas condições da sociedade, construiu-se um sistema que considerava o lucro como motor essencial do progresso econômico, a

concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes [...]. Só a iniciativa individual e o simples jogo da concorrência não bastam para assegurar o êxito do desenvolvimento. Não é lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos [...]. Compete a cada um examinar a própria consciência, que agora fala com voz nova para a nossa época. Estará o rico pronto a dar o seu dinheiro, para sustentar as obras e missões organizadas em favor dos mais pobres? Estará disposto a pagar mais impostos, para que os poderes públicos intensifiquem os esforços pelo desenvolvimento? (PAULO VI, 1997, p. 121; p. 122; p. 126; p. 134).

No entanto, apesar das exortações pontificais, os cristãos direitistas, por ignorância e/ou má vontade, preferem se situar ao lado dos plutocratas, do capital financeiro, dos banqueiros, dos empresários desprovidos de responsabilidade social, dos mantenedores das garantias da lei e da ordem. Não é assim uma fé cristã genuína, pois não enfrenta a miséria do mundo real, a opressão, a exploração do homem pelo homem. Não estamos nem mesmo clamando ao católico que seja um membro ativo da Teologia da Libertação e seu projeto revolucionário de enfrentamento das condições injustas produzidas pelas razões do mercado desregulado na sociedade moderna. Se os católicos de boa vontade estudassem os fundamentos da Doutrina Social da Igreja e aplicassem-no adequadamente em suas respectivas vidas, já seria um grande avanço para o progresso social, plenamente compatível com os

mandamentos divinos. Contudo, em nossa era de erosão da esfera pública e da consolidação do fascismo de mercado, nem mesmo os caracteres mais conciliadores da Doutrina Social da Igreja ecoam nos corações de amplos segmentos de fiéis católicos, que optam assim pelo individualismo, pela apatia moral e pela inércia reflexiva. Esses cristãos cretinos vituperam até mesmo contra as autoridades pontificais que exortam por reformas estruturais na nossa insana ordem mundial. Franz Hinkelammert considera que

O direito do pobre hoje é um direito que precisa ser defendido em termos do Estado de Direito, da democracia. E deve ser assim precisamente porque não se pode conviver de modo sustentável, humano, sem respeitar uma opção preferencial pelos pobres. É preciso pôr o Estado de Direito a serviço da justiça social (HINKELAMMERT, 2014, p. 144).

De nada adianta alas católicas cultuarem santos que empreenderam esforços extraordinários para mitigar a pobreza das pessoas miseráveis se na prática esses mesmos devotos não são também capazes de lutar pela diminuição das desigualdades sociais mediante obras sistemáticas de assistência e de inclusão humana e, acima de tudo, capitanearem esforços para a desmistificação das condições injustas da lógica do mercado, criando assim as bases para uma verdadeira democracia econômica. Conforme aponta Jung Mo Sung,

Uma opção pelos pobres que fica somente na ajuda aos pobres, sem fazer perguntas acerca das razões dessa pobreza massiva em um mundo de riqueza, é uma opção que não provoca conflitos ou contradições, uma opção que não

realiza o seu papel profético (SUNG, 2018, p. 17).

Um cristão imbuído de fé verdadeira deveria abrir as portas da sua casa para um mendigo, dar-lhe roupa, alimento, abrigo, abraçá-lo, acolhê-lo como ser humano, ouvir sua voz. Não há nada de espetacular nessa orientação, apenas a aplicação rigorosa do espírito evangélico. Quem possui quantidade razoável de bens deve, inapelavelmente, ajudar o pobre, não para que permaneça sempre na condição de privação, mas para que ele se emancipe das garras da miserabilidade. Dar alimento ao necessitado é alimentar o próprio Cristo, e esse gesto vale mais do que incontáveis sacramentos. Um cristão genuíno deve agradecer aos Céus pela oportunidade de ajudar um ser humano que sofre. Por conseguinte, fazer caridade em favor do necessitado, mais do que um gesto fraterno de amor, é um ato de justiça. Contudo, sua limitação moral e sua fraqueza de caráter são fatores que impedem esse salto qualitativo: “Você olha o mendigo como refugio da sociedade, enquanto o homem rico é que deveria ser olhado assim. É o rico que oprime você e o arrasta aos tribunais” (TOLSTÓI, 2011, p. 49).

Ao menos é digno de nota quando igrejas espalhadas pelas cidades acolhem mendigos em seus espaços, dando-lhes razoável proteção contra as intempéries naturais e contra as ações necrófilas de fascistas que se sentem prejudicados pela proliferação desses miseráveis pelas ruas e que não hesitam em cometer impunemente contra essas pessoas desprovidas de direitos as mais abjetas atrocidades. Todavia, não é uma benesse tal ação das cúpulas paroquiais, mas o cumprimento do dever cristão. Qual o propósito de uma igreja que não acolhe fisicamente as pessoas que sofrem as

penúrias da pobreza total? O projeto de transformação radical da sociedade capitalista requer a supressão da exploração e das condições econômicas que promovem a miséria social, mas enquanto esse processo não ocorre é fundamental que os miseráveis sejam acolhidos pelas pessoas de boa vontade e delas recebam cuidados cruciais para a restauração da dignidade da vida. Banho, roupas, tratamento médico, alimentação e, acima de tudo, o direito de escuta. Precisamos ouvir a história de vida dos miseráveis, conhecer sua narrativa. “O pobre é o verdadeiro representante de Deus sobre a Terra” (ELLUL, 2008, p. 173).

O ato de um cristão defender tradição, família e pátria como valores absolutos é renunciar ao espírito evangélico. Afinal, Jesus suprimiu a velha ordem, os velhos ritos, os velhos símbolos, os velhos valores. Um cristão, por mais que ame seus entes queridos, não pode se ater apenas aos laços sanguíneos, pois os laços comunitários e espirituais são mais elevados do que os carnis. De nada adianta o vínculo familiar desprovido de amor, de paz, de justiça, de entendimento. É imprescindível que o cristão defenda as instituições nacionais e nelas atue com dedicação, senso republicano, civismo. Contudo, fazer da sua pátria um torrão acima dos demais não é fidedigno do caráter universalista (internacionalista) da vivência cristã. A glorificação normativa da imagem da família, sacralizada como a unidade ideal de vida, muitas vezes escamoteia os seus problemas internos. Patriarcas agressivos, pedófilos, hipócritas, que não hesitam em afirmar sua masculinidade tóxica traindo suas esposas sempre que possível. “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, lema que disfarça as operações fraudulentas operadas pelas

forças reacionárias que degradam o patrimônio público nacional em favor do empresariado espoliador, com as bençãos nefastas do suporte teológico dos charlatões da fé. Pessoas infames que afirmam amar o Brasil, mas que apenas degradam o nosso tecido social e o meio ambiente com seus procedimentos escusos, agressivos, obscurantistas e submissos ao credo do mercado, o credo que verdadeiramente importa para essa teologia monetarista. Pessoas de bem que amam o Brasil, mas sonham impostos, usam empresas de fachada para lavagem de dinheiro ou remetem suas fortunas para contas bancárias em paraísos fiscais ou empresas offshore. Conforme aponta Maria Rita Kehl,

Os pais que se apavoram quando um filho começa a fazer amizade com os favelados da vizinhança são os mesmos que contratam e demitem empregados sem pagar direitos trabalhistas e oferecem suborno aos fiscais da receita que descobrem as irregularidades de suas receitas (KEHL, 2008, p. 198).

Na perspectiva moralista da religiosidade, “Deus” é elevado para uma esfera inatingível pelo ser humano, de modo que este projeta ao Plano Divino a realização e concretização de uma ordenação de mundo impossível de ser efetivada adequadamente na vida, apesar de que ainda assim cada fiel se considera a figura iluminada digna de receber as dádivas exclusivas do poder divino. Conforme a perspicaz exposição de Gianni Vattimo,

Acreditávamos poder realizar a justiça sobre a Terra, verificamos que não é possível e recorreremos à esperança em Deus. A morte pesa sobre nós como eventualidade ineludível, fugimos do desespero

dirigindo-nos a Deus e à sua promessa do acolhimento no reino eterno. Deus só se descobrirá, então, onde se choca com qualquer coisa de radicalmente desagradável? (VATTIMO, 1998, p. 13).

Um dos motes mais insanos dessa degeneração cristã reside no mote “Bíblia sim Constituição não”, inclusive afixada em muitas vias públicas da cidade do Rio de Janeiro, local de onde partem as palavras do autor dessas linhas. O que se passa na mente de uma pessoa estúpida que defende tal sandice? Aliás, já vi esse mote indigno afixado em uma bandeira hasteada em um barraco de favela, o que denota uma horrenda falta de consciência sociopolítica. Com efeito, quem mais necessita das garantias constitucionais, em nossa conjuntura política cada vez mais antirrepublicana e antidemocrática permeada de disposições fascistas na estrutura governamental, são justamente os favelados, alheados de todos os direitos civis graças ao espírito repressor da máquina pública plutocrática que sempre compreende os pobres como ameaça social para as elites assépticas. Os pobres sempre são o alvo das forças repressoras ao serviço das elites reacionárias. “Bíblia sim Constituição não” expressa o fundamentalismo cego de um segmento fascista do cristianismo cretino, adepto de recursos míticos para justificar suas insanidades contra a ordem mundana da vida. Abominam uma série de práticas imputadas como pecaminosas pautando-se na pretensa legitimidade teológica e jurídica de um livro repleto de metáforas, símbolos e alegorias, livro esse, todavia, considerado como a expressão positiva da verdade. Toda hermenêutica e contextualização cultural são atiradas ao vento pelos adeptos da literalidade

bíblica (desconhecem talvez que grande parte das narrativas veterotestamentárias são adaptações de narrativas de povos vizinhos, como os acadianos e os sumérios). O sonho sanguinário das milícias cristãs seria o de punir os infiéis, os hereges, os pecadores, os desviantes e quaisquer grupos religiosos considerados como inimigos através de execuções sumárias, apedrejamento, fogueira. São mais bestiais do que os antigos inquisidores. Por isso o fundamentalismo cristão, em sua cretinice moral, desvaloriza de maneira tão leviana a ciência, a razão, o conhecimento, a educação, a pesquisa, pois são instâncias que promovem a abertura de pensamento, a clareza, a desmistificação da realidade, a compreensão histórica dos fatos e dos fenômenos. O cristão cretino prefere cultuar o mito e não o Verbo.

Pastores cleptocratas defendem o evangelho da prosperidade, que na verdade apenas faz prosperar as contas bancárias dos estelionatários religiosos manipuladores da consciência infantil das massas de seguidores. Os fiéis, imersos na ignorância ideológica de seitas cretinas que distorcem os preceitos éticos cristãos, sustentam uma máquina criminosamente produtora de riquezas arduamente produzidas. O pastor-empresário cobra pelas bênçãos, pelas sessões de descarrego, pelas intervenções histriônicas que invocam a graça divina, pelo perdão dos pecados, pela madeira santa, pelos elementos sagrados. Eis assim um cristianismo fetichista, que nega toda sublimação, elevação, espiritualidade.

Conclusão

Não apenas no Brasil, mas em diversas partes do globo vemos a erupção de paradigmas pós-democráticos. A

ideologia ultraliberal apenas visa ampliar a rentabilidade de empresários, rentistas, sócios e acionistas, com a anuência desavergonhada de poderes públicos que atuam como gestores dos negócios privados da elite plutocrática. A tarefa crucial de qualquer religião comprometida com a realização do bem-estar humano é denunciar a barbárie da lógica de mercado, que abraça servilmente qualquer liderança autoritária, fascista, obscurantista, ignorante, irracionalista, reacionária, preconceituosa. Devemos acusar o infame liberalismo econômico dissociado dos direitos humanos no seu tirânico empenho em destruir toda forma de oposição aos ditames do servomercado e da hegemonia capitalista. Percebemos que esse consórcio entre as forças políticas reacionárias e a plutocracia antissocial se empenha em um projeto predatório não apenas da vida humana submetida ao regime de exploração laboral, mas também na destruição do meio ambiente, sem qualquer consideração racional para o futuro da vida na face da Terra. Mais do que nunca o projeto capitalista, apoiado pela chusma fascista, se apresenta como um grande dispositivo niilista que deve ser suprimido em nome do bem-estar da biosfera.

Referências

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Direção Editorial de Paulo Bazaglia. São Paulo: Paulus, 2002.

ELLUL, Jacques. **O Homem e o Dinheiro**. Trad. de Luiz Fernando Medeiros de Carvalho e Ana Amélia Medeiros Silva. Brasília: Palavra, 2008.

HINKELAMMERT, Franz. **Mercado versus Direitos Humanos**. Trad. de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2014.

JOÃO XXIII. “Mater e Magistra: evolução da Questão Social à luz da Doutrina Cristã”. In: **Documentos**. Trad. Tipografia Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1998, p. 144-219.

KEHL, Maria Rita. **A fratria órfã: conversas sobre a juventude**. São Paulo: Olho D’Água, 2008.

LAWRENCE, D. H. **Apocalipse / O Homem que morreu**. Trad. de Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MARÍAS, Julián. **A Perspectiva Cristã**. Trad. de Diva Ribeiro de Toledo Piza. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Anticristo: maldição ao Cristianismo / Ditirambos de Dionísio**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PAULO VI. “Populorum Progressio”. In: **Documentos**. Trad. de Lourenço Costa. São Paulo: Paulus, 1997, p. 109-153.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2014.

SUNG, Jung Mo. **Idolatria do dinheiro e direitos humanos: uma crítica teológica do novo mito do capitalismo**. São Paulo: Paulus, 2018.

TOLSTÓI, Liev. **Minha Religião**. Trad. de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: A Girafa, 2011.

_____. **O Reino de Deus está em vós**. Trad. de Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1994.

UNAMUNO, Miguel de. **A Agonia do Cristianismo**. Trad. de Alexandre Muller Ribeiro. Curitiba: Danúbio, 2017.

VATTIMO, Gianni. **Acreditar em acreditar**. Trad. de Elsa Castro Neves. Lisboa: Relógio d’Água, 1998.

Recebido em 2019-11-225
Publicado em 2019-12-18